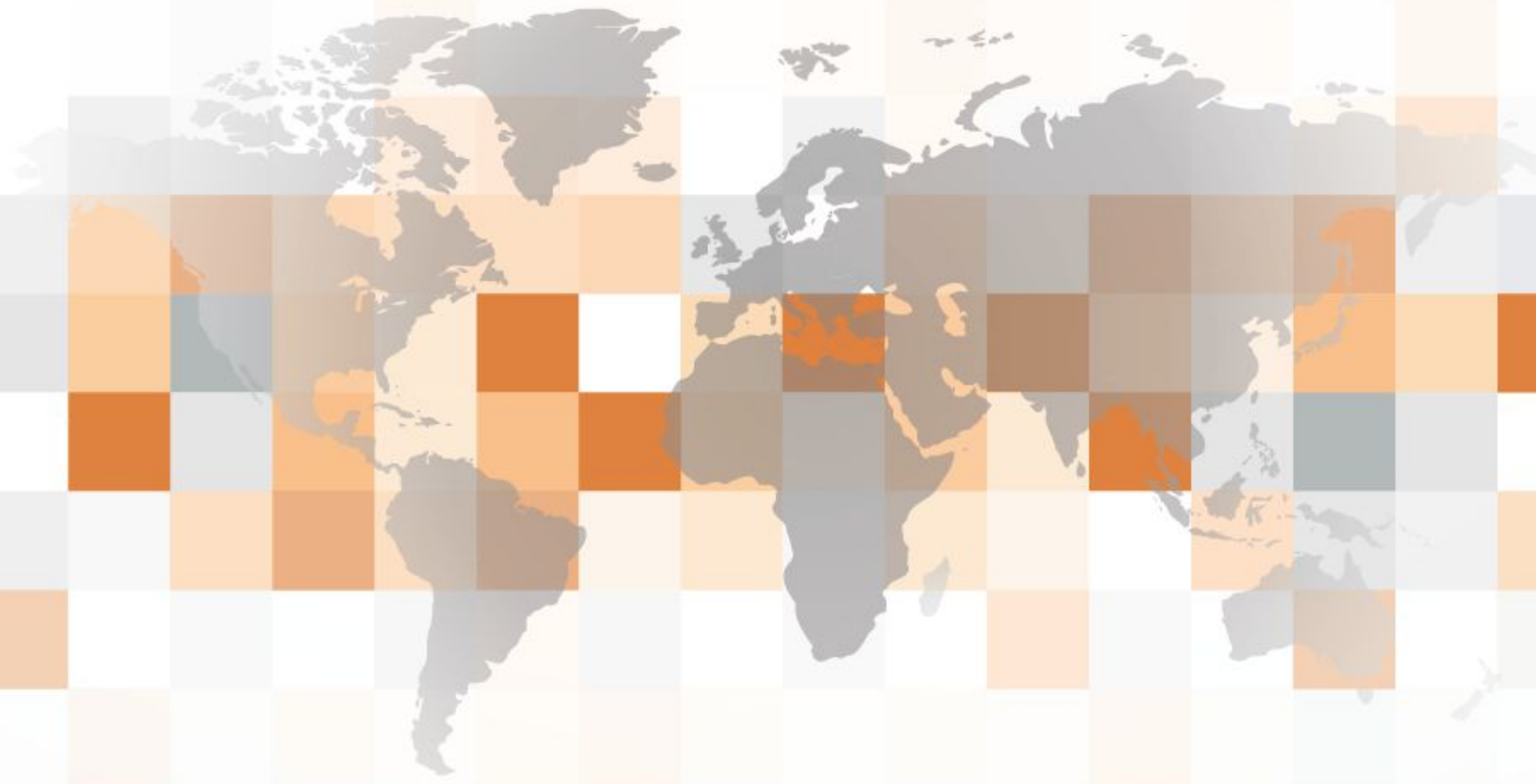


DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO



Revisão de Procedimentos

Quantidade de sessões e de procedimentos e processos julgados em 2024

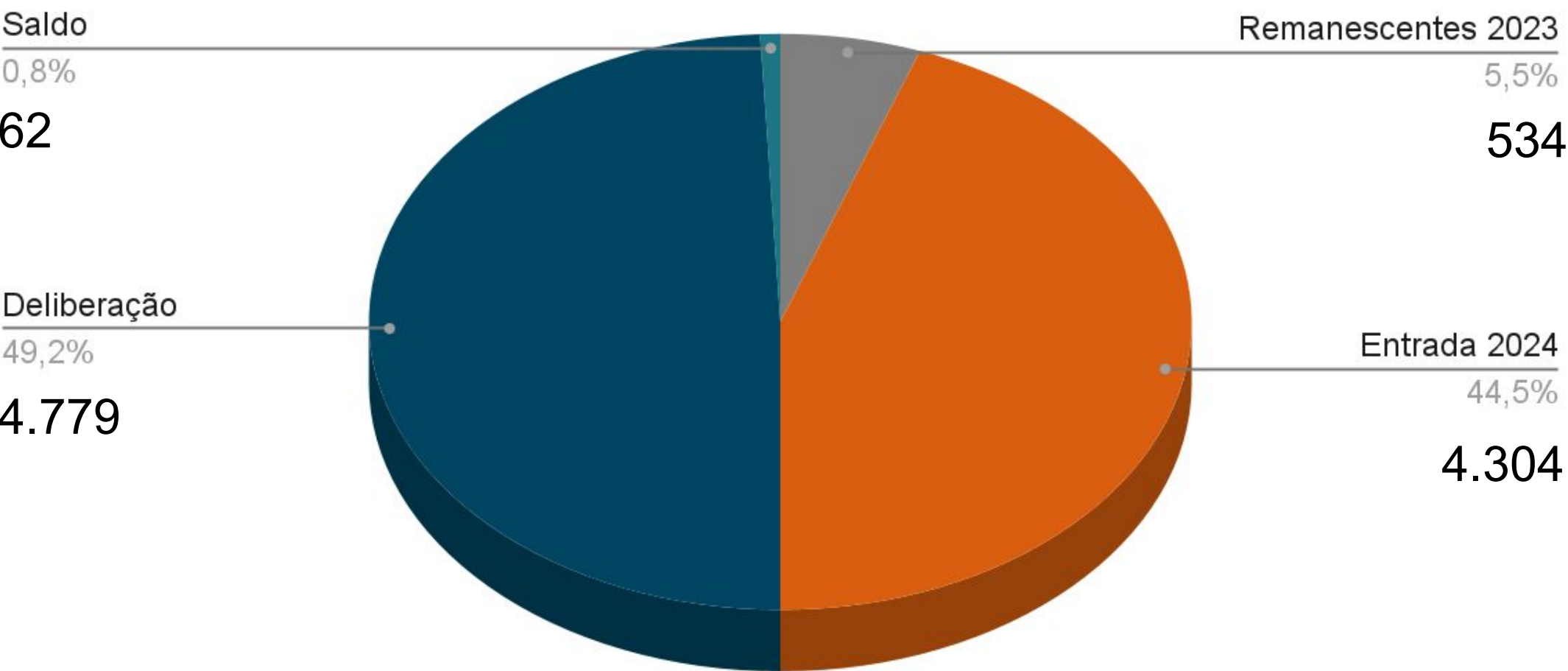
No ano de 2024, o Colegiado da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão julgou um total de **4.765*** procedimentos extrajudiciais e processos judiciais em **20 sessões de revisão** assim distribuídos:

Sessão	Quantidade
08/02	432
22/02	254
07/03	203
20/03	226
04/04	349
18/04	226
02/05	350
16/05	259
06/06	329
01/08	353

Sessão	Quantidade
15/08	228
29/08	440
12/09	115
26/09	159
10/10	234
24/10	119
07/11	109
21/11	79
05/12	301

*Dados extraídos do sistema Único.

Entrada x Deliberação x Saldo



Visitas Técnicas

Em 2024, o Coordenador da 5ª CCR fez visitas estratégicas às procuradorias regionais e às procuradorias da República do MPF.

O objetivo principal foi entender a realidade e as necessidades específicas de cada região, visando promover ações coordenadas tanto em âmbito nacional, quanto no âmbito regional no combate à corrupção.

As visitas reforçaram o compromisso institucional no combate à corrupção e demonstraram a importância da cooperação e coordenação entre as diferentes esferas do Ministério Público Federal.

O engajamento ativo dos membros e da equipe da Câmara de Combate à Corrupção foi um passo significativo rumo a uma atuação mais eficaz e integrada no combate a práticas corruptas em todo o território nacional.

01/03 - PRR1ª Região e PR/DF

21/03 e 22/03 - PRR3ª e PR/SP

08/04 e 09/04 - PRR2ª e PR/RJ

25/04 e 26/04 - PRR4ª e PR/RS

06/05 e 07/05 - PRR5ª e PR/PE



Reunião de Trabalho com integrantes dos NCCs

No dia 11 de março de 2024, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão promoveu a Reunião de Trabalho com integrantes dos Núcleos de Combate à Corrupção.

O encontro ocorreu na sede da Procuradoria-Geral da República e teve como finalidade proporcionar uma integração entre membros do Ministério Público Federal responsáveis pelo enfrentamento à corrupção, visando uma atuação perene e necessária nas unidades do Parquet.

Foram abordados os seguintes tópicos:

- Importância do fortalecimento dos NCCs e de sua equivalência com a temática da 5ª CCR;
- Novos desafios no combate à corrupção;
- Suporte da 5ª CCR aos NCCs;
- Projeto Sintonize;
- Novos GTs e Comissões;
- Novos Enunciados e Orientações;
- Propostas de modernização.



Encontros Nacionais

Em 2024, o Coordenador da 5ª CCR promoveu 2 encontros nacionais, que tiveram como foco principal a discussão de temas relevantes e contemporâneos na área de atuação da 5ª Câmara, objetivando a disseminação das informações entre os membros do MPF.

19ª Encontro Nacional da 5ªCCR Maceió/AL – 08 a 10 de maio

O evento reuniu 53 procuradores da República com atuação na temática, para três dias de debates e atividades.

O encontro tratou de temas como as perspectivas de uso de acordos de leniência no combate à corrupção, protocolos de atuação interinstitucional na temática, efetividade dos acordos de não persecução cível (ANPC), pontos controvertidos no processo de colaboração premiada, acesso a dados em fontes abertas em investigações de crimes em licitações e contratos administrativos, fiscalização do uso das verbas da educação e do projeto de retomada de obras paralisadas e inacabadas no país, entre outros.



Encontros Nacionais

20º Encontro Nacional da 5ªCCR Salvador/BA – 14 a 16 de outubro

O evento reuniu 48 procuradores da República com atuação na temática, para três dias de debates e atividades.

Os procuradores discutiram o uso de ferramentas de inteligência e de compliance no combate à corrupção e à improbidade administrativa, bem como o uso da inteligência artificial, inclusive com a apresentação de casos práticos.

Os grupos de trabalho vinculados à Câmara apresentaram os resultados e produtos desenvolvidos ao longo do ano.

Debateram-se, também, ações coordenadas nacionais envolvendo a fiscalização da destinação de emendas parlamentares e das verbas da educação.

Os participantes também conheceram o MPF Análise – sistema que auxilia na análise de grandes volumes de dados, possibilitando cruzamentos de diversas bases e a criação de modelos a serem reproduzidos em outras investigações. Além disso, abordaram o uso do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como instrumento que auxilia na prevenção e detecção de irregularidades em licitações e contratos com a administração pública.



Enunciados, Orientações e Resoluções – 5ª CCR (2024)

Em 2024, o Colegiado da 5ª CCR promoveu diversas mudanças com o objetivo de aprimorar a missão integradora da Câmara, alinhando entendimentos e competências para uma atuação mais eficiente.

Principais Deliberações:

- Revogados: Enunciados 6, 41 e 44.
- Retificados: Enunciados 12, 16, 18, 23 e 27.
- Aprovados: Novos enunciados 47, 48, 49 e 50, 51, 52 e 53
- Alterada: Orientação 12

Enunciado 47

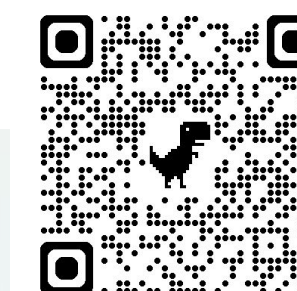
RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Os recursos repassados aos fundos municipais e estaduais pelo Fundo Nacional da Saúde são fiscalizados pelo Ministério da Saúde, por meio do DENASUS e, por esse motivo, atraem a atribuição do Ministério Público Federal.

Enunciado 48

PROINFÂNCIA

Na apuração das irregularidades na execução do Programa PROINFÂNCIA, após análise das questões de improbidade e criminais e constatando-se que a obra está inacabada ou paralisada, cópia do procedimento deve ser autuada e distribuída entre os representantes da 1ª CCR, para eventual propositura de ação civil pública para a finalização da obra.



Enunciados, Orientações e Resoluções – 5ªCCR (2024)

Em 2024, o Colegiado da 5ª CCR promoveu diversas mudanças com o objetivo de aprimorar a missão integradora da Câmara, alinhando entendimentos e competências para uma atuação mais eficiente.

Principais Deliberações:

- Revogados: Enunciados 6, 41 e 44.
- Retificados: Enunciados 12, 16, 18, 23 e 27.
- Aprovados: Novos enunciados 47, 48, 49 e 50, 51, 52 e 53
- Alterada: Orientação 12

Enunciado 49

INVESTIGAÇÃO DE FATOS DE DÚPLICE REPERCUSSÃO

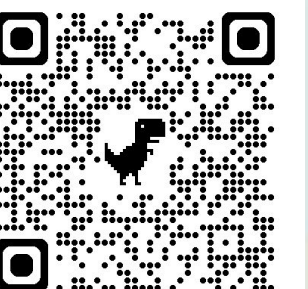
A apuração de fatos de dúplice repercussão pode ser feita no âmbito do Inquérito Civil, desde que, ao final, sejam adotadas as providências cível e criminal correspondentes. O encaminhamento ou instauração de Notícia da fato Criminal, Inquérito Policial ou PIC no âmbito da Procuradoria Regional da República (prerrogativa de foro), não exclui, na origem, a adoção de providências investigatórias relativas à improbidade e ao ressarcimento.

Enunciado 50

SISTEMA S

As causas cíveis relacionadas às entidades do "Sistema S" estão sujeitas à justiça estadual. Excepcionalmente, a apuração de suposto ato de improbidade deve se dar no âmbito federal, quando envolver recursos federais ou a participação da União e suas entidades autárquicas, nos casos de convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente. Os crimes sempre serão de competência federal.

(Precedente: Voto nº PGR-00362439/2024, da Notícia de Fato 1.21.000.002029/2023-45)



Enunciados, Orientações e Resoluções – 5ªCCR (2024)

Em 2024, o Colegiado da 5ª CCR promoveu diversas mudanças com o objetivo de aprimorar a missão integradora da Câmara, alinhando entendimentos e competências para uma atuação mais eficiente.

Principais Deliberações:

- Revogados: Enunciados 6, 41 e 44.
- Retificados: Enunciados 12, 16, 18, 23 e 27.
- Aprovados: Novos enunciados 47, 48, 49 e 50, 51, 52 e 53
- Alterada: Orientação 12

Enunciado 51

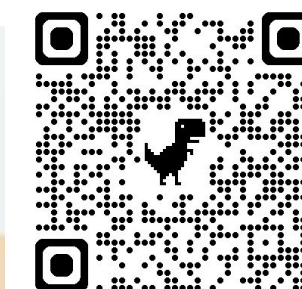
Ação de Improbidade. Foro.

O foro mais adequado para a propositura da ação de improbidade é o do local do dano.

Enunciado 52

Homologação de ANPC.

O Acordo de Não Persecução Cível firmado antes do ajuizamento da ação de improbidade deverá ser submetido à homologação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão



Enunciados, Orientações e Resoluções – 5ªCCR (2024)

Em 2024, o Colegiado da 5ª CCR promoveu diversas mudanças com o objetivo de aprimorar a missão integradora da Câmara, alinhando entendimentos e competências para uma atuação mais eficiente.

Principais Deliberações:

- Revogados: Enunciados 6, 41 e 44.
- Retificados: Enunciados 12, 16, 18, 23 e 27.
- Aprovados: Novos enunciados 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53
- Alterada: Orientação 12

Enunciado 53

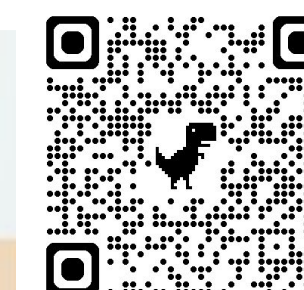
Colaboração Premiada. Revisão pecuniária e de pena.

A revisão das cláusulas de natureza pecuniária e de pena corporal em acordos de colaboração premiada homologados judicialmente só é possível diante de eventual inadimplência de uma das partes, nas hipóteses de perdão judicial (1) da Lei 12.850/2013, de revisão criminal (artigo 621 do Código de Processo Penal), ou, ainda, em decorrência de nova situação fática imprevista, que torne excessivamente gravoso seu cumprimento. (1) Artigo 4º -parágrafo 2º da Lei 12.850/2013.

Orientação 12

Alteração da Lei de Improbidade Administrativa

Diretrizes iniciais sobre a Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021, que alterou a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa - Alterada a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional do Ministério Público (DMPF-e - EXTRAJUDICIAL de 10/10/2022, Página 106). Orientação fundamentada na NT 5ª CCR 01/2021.



Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Comissão de Estudos sobre atuação resolutiva no âmbito da 5ª CCR

Objetivo: Fomentar a utilização de instrumentos de autocomposição na resolução de conflitos, bem como o reforço da atuação preventiva e em cooperação com os demais órgãos de controle, em busca de uma maior eficiência no monitoramento e fiscalização das verbas federais repassadas aos entes públicos.

Composição: Fabiana Keylla Schneider, Fábio George Cruz da Nóbrega, Victor Carvalho Veggi

Produto: Roteiro de atuação – Ação coordenada Transparência Emendas PIX

Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Comissão de Estudos em Corrupção e Foro Eleitoral

Objetivo: Elaborar sugestões de aprimoramento da atuação do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral em feitos criminais (investigações e processos) que tenham por objeto crimes de corrupção (ou outros crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração) conexos a crimes eleitorais.

Composição: Silvana Batini Cesar Góes, João Paulo Lordelo Guimarães Tavares, Luana Vargas Macedo, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves.

Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Grupo de Trabalho Acompanhamento Legislativo

Objetivo: Avaliar as propostas legislativas vinculadas à temática da Câmara Anticorrupção, sob a ótica da sua constitucionalidade, bem como elaborar propostas de Ação Direta de Inconstitucionalidade, a serem apresentadas à Procuradoria-Geral da República, após deliberação colegiada.

Composição: Tulio Fávaro Beggiato; José Ricardo Teixeira Alvez; Luana Vargas Macedo, Rodolfo Soares Ribeiro Lopes.

Produto: Parecer Consultivo sobre a Proposição 1.00709/2024-17, que trata sobre a obrigatoriedade de comunicação de crimes pelo MPF ao COAF; acompanhamento de propostas legislativas; apresentação de minutas de ações em controle concentrado (ADPF Emendas Pix, subsídios para o PGR na ADPF 854).

Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Grupo de Trabalho BNDES

Objetivos:

- I – Verificação da regularidade e da conformidade das operações financeiras do Sistema BNDES, incluindo o Plano Mais Produção e as exportações de bens e serviços de engenharia;
- II – Identificação da origem dos recursos a serem utilizados nas operações financeiras e das garantias oferecidas e/ou exigidas, bem como o grau de risco de inadimplência;
- III - Identificação de eventuais irregularidades na utilização de recursos não reembolsáveis (“fundo perdido”) pelo BNDES, inclusive para exigir que os controles internos da empresa pública funcionem mais adequadamente.

Composição: Ivan Claudio Garcia Marx, Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, Andréia Pistono Vitalino, José Lucas Perroni Kalil, Marco Aurélio Alvez Adão, Mirella de Carvalho Aguiar, Marinus Eduardo de Vries Marsico (MP-TCU), Júlio Marcelo de oliveira (MP-TCU)

Produto: Objetiva-se evitar futuros prejuízos nas operações financeiras do Sistema BNDES, incluindo o Plano Mais Produção e as exportações de bens e serviços de engenharia

Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Grupo de Trabalho Educação

Objetivo: Identificar irregularidades na aplicação de recursos destinados aos programas federais de educação e a elaboração de roteiros de estratégias investigativas, voltados aos membros do Ministério Público Federal, com atuação na referida matéria.

Composição:

Subgrupo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Roberson Henrique Pozzobon, Marcelo Malheiros Cerqueira, Fabrizio Predebon da Silva, Galtiênio da Cruz Paulino, Luisa Astarita Sangoi, Oscar Costa Filho.

Subgrupo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE): Daniel Medeiros Santos, Carlos Eduardo Raddatz Cruz, Paulo Henrique Cardozo, Analu Paim Cirne Pelegrine, Marta Cristina Pires Anciães Martins, Talita de Oliveira Sombra.

Subgrupo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Bruno Araújo Soares Valente, Catarina Sales Mendes de Carvalho, Luana Vargas Macedo.

Produto: Nota Técnica GT Educação/PNATE/5ª CCR 01/2024 - Monitoramento e fiscalização da gestão de veículos de transporte escolar pelas redes públicas de educação básica nos Municípios, Estados e DF, no âmbito do PNATE.

Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Grupo de Trabalho Modernização

Objetivo: Apresentar propostas de modernização na atividade finalística da 5ª CCR/MPF, incluindo propostas de inovação tecnológica, com o objetivo de maximizar a eficiência das investigações que envolvam sua temática, tornando mais eficaz a persecução, com a elaboração ou revisão, por exemplo, de sistemas de informática, enunciados, orientações, roteiros e estratégias investigativas voltadas aos membros do Ministério Público Federal.

Composição:

Marcos Antônio Da Silva Costa, Guilherme Henrique Maltauro Molina Campos, Marco Aurélio Alves Adão - PR/PI, Hélio Ferreira Heringer Junior, Eduardo Ribeiro Gomes El Hage.

Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Grupo de Trabalho Intercameral Proinfância - 1ª CCR e 5ª CCR

Objetivo: Subsidiar os membros do Ministério Público Federal no exercício da defesa do patrimônio público e da correta aplicação de verbas federais.

Composição:

Onésio Soares Amaral, Fábio George Cruz da Nóbrega, José Ricardo Custodio de Melo Junior, Acácia Soares Peixoto.

Produto: Mapa Interativo do Pacto pela Retomada de Obras Públicas da Educação feito juntamente com a SPPEA.



Comissões, Comitês, Grupos de Apoio, Grupo de Trabalho – estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª CCR

Grupo de Trabalho Intercameral Recuperação de Ativos

Objetivo: Atualizar o roteiro de atuação sobre persecução patrimonial e administração de bens (2017) e atuação em temas relacionados ao aprimoramento da persecução patrimonial e administração de bens.

Composição:

Tiago Misael de Jesus Martins, Patrícia Maria Nunez Waber, Raquel Cristina Rezende Silvestre, Marco Aurélio Alves Adão, Fernando Rocha de Andrade, Andréa Walmsley Soares Carneiro, Daniel Medeiros Santos, Juliano Stella Karam, Julia Rossi de Carvalho Sponchiado

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA

Objetivo: Promover a articulação dos órgãos, entidades, instituições e associações envolvidas no enfrentamento da criminalidade. Para o ano de 2024 foram definidas seis ações durante a XXI Reunião Plenária

Ação 01: Elaborar diagnóstico das principais vulnerabilidades relacionadas à persecução penal envolvendo **ativos virtuais** bem como propor Plano de Ações mitigadoras dos riscos, contemplando aspectos relacionados à prevenção, detecção e punição de corrupção e de lavagem de dinheiro.

Representantes do MPF: Alexandre Senra e Tiago Misael de Jesus Martins

Ação 02: Elaborar análise de vulnerabilidades do segmento de apostas de quota fixa e outras modalidades de **jogos e apostas online**, identificar tipologias e propor ações mitigadoras das vulnerabilidades relacionadas à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – LD/FTP

Representante do MPF: José Robalinho Cavalcanti e Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Junior.

Ação 03: Propor medidas para fortalecer a prevenção, detecção e punição à corrupção, à lavagem de dinheiro e à lavagem de ativos ambientais relacionadas a **crimes contra a flora**, mediante o aprimoramento dos mecanismos de rastreabilidade e fiscalização da cadeia produtiva da madeira, bem como o estabelecimento de um fluxograma de procedimentos investigativos que aliem a atuação dos órgãos administrativos, de persecução penal e de tutela coletiva.

Representante do MPF: Vitor Souza Cunha e José Roberto Pimenta Oliveira.

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA

Ação 04: Aprimorar os sistemas de rastreabilidade da cadeia produtiva do gado com vistas a evitar a corrupção e a lavagem de dinheiro vinculadas a sua criação irregular em áreas não destinadas a esta finalidade, notadamente em áreas desmatadas de forma ilegal.

Representantes do MPF: Rafael da Silva Rocha e Priscila Ianzer Jardim Lucas Bermúdez.

Ação 05: Elaborar **Diretrizes** Nacionais de Integridade para prevenção e combate a corrupção e fraudes associadas a empreendimentos com impacto ambiental.

Ação 06: Avaliação de riscos de integridade no processo de licenciamento ambiental, como forma de prevenir e combater fraude e corrupção.



21ª Reunião Plenária da Enccla

Acordo de Não Persecução Civil

Grupo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Civil e aos Termos de Ajustamento de Conduta

Objetivo: prestar apoio para a negociação e assinatura dos acordos, mediante solicitação do procurador natural; atuar, sob solicitação da coordenação da 5ª CCR, perante outras instituições que atuam no sistema brasileiro anticorrupção; bem como assessorar a 5ª CCR, promovendo a elaboração de estudos, manuais, roteiros de atuação, notas técnicas, enunciados e orientações, relacionados a Acordos de Leniência, Colaboração Premiada, Acordo de Não Persecução Cível (ANPC), Acordo de Não Persecução Penal e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Composição: Armando César Marques de Castro, José Roberto Pimenta Oliveira, Marino Lucianelli Neto, Paula Cristine Bellotti, Hayssa Kyrie Medeiros Jardim, e Eduardo Ribeiro Gomes El Hage

Produtos:

Guia Prático - Acordo de Não Persecução Civil: Ferramenta de orientação para os membros do MPF;

Sistema de Controle dos Acordos de Não Persecução Civil: Plataforma para gestão e acompanhamento dos acordos;

Compilado de precedentes da 5ª Câmara sobre acordos de não persecução civil divididos por assunto: Repositório temático organizado por assunto para referência dos membros.

Nota técnica com sugestões para redação da Resolução do CNMP: Proposta apresentada no âmbito da Proposição 1.00873/2021-72, com vistas à regulamentação do ANPC.

Acordo de Não Persecução Civil

Grupo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Civil e aos Termos de Ajustamento de Conduta

Produto: Guia Prático - Acordos de Não Persecução Civil

5ª CCR COMBATE À CORRUPÇÃO
ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL
Introdução
1 Avaliação do Cabimento do ANPC
2 Resultados Mínimos que Devem Ser Obtidos com o Acordo
3 Atribuição para Celebração de Acordo
4 Modalidades de Acordos
5 Procedimento de Negociação
6 Conteúdo do Instrumento do Acordo
7 Reparação do Dano e Destinação dos Valores
8 Oitiva do Ente Lesado
9 Encaminhamento para a 5ª Câmara (em casos extrajudiciais)
10 Homologação Judicial
11 Arquivamento e Acompanhamento
12 Providências quanto ao Cumprimento ou Descumprimento do Acordo
MPF Ministério Público Federal

1 - Avaliação do Cabimento do ANPC

1.1 Consideração Inicial

Ação } Considerar o fomento à consensualidade e a atuação resolutiva do Ministério Público (CPC art. 3º, Resolução nº 118 CNMP e Recomendação nº 54 CNMP).

1.2 Avaliação da Proteção ao Patrimônio Público

Decisão } A celebração do acordo proporciona suficiente proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa?

Sim

Prosseguir para análise de vantagem do acordo.

Não

Propor ação civil por improbidade administrativa ou promover a continuidade da ação já proposta.

1.3 Análise da Vantajosidade do Acordo

Decisão } A celebração do acordo é mais vantajosa que o ajuizamento da ação de improbidade administrativa ou seu prosseguimento?

Sim

Verificar presença de indícios suficientes.

Não

Encerrar procedimento e seguir com medidas judiciais cabíveis.

1.4 Verificação de Indícios Suficientes

Decisão } Há indícios suficientes da prática do ato lesivo e de responsabilidade do investigado?

Sim

Prosseguir para considerar parâmetros de avaliação.

Não

Encerrar procedimento por falta de base probatória.

1.5 Avaliação de Parâmetros

Ação } Analisar os seguintes parâmetros (não exaustivos e não necessariamente cumulativos)

- Complexidade, custo e provável duração do processo.
- Adequação das medidas preventivas, ressarcitórias e punitivas em relação à gravidade do fato, proveito patrimonial, extensão do dano, personalidade do infrator e repercussão social do ilícito.
- Prognósticos sobre prováveis efeitos fáticos e jurídicos a curto, médio e longo prazos.

- Checar ausência de colusão ou fraude na proposta de acordo.
- Colaboração do agente infrator e sua capacidade de cumprir o acordado.
- Conformidade com diretrizes do planejamento e jurisprudência.
- Prognóstico do resultado útil de medidas judiciais extrajudiciais comparado ao acordo proposto.
- Possibilidade de obtenção de provas em atos de improbidade administrativa mediante efetiva, no caso de acordo na modalidade de

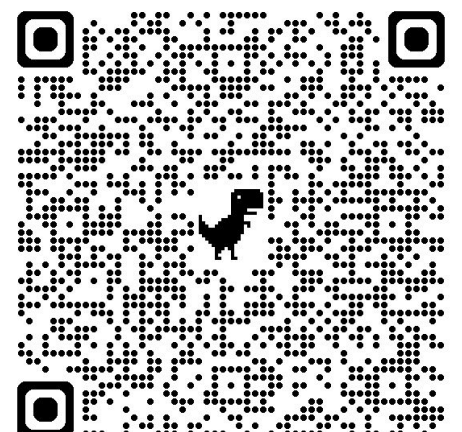
Decisão } Os parâmetros avaliados indicam a conveniência de oferecer o ANPC?

Sim

Prosseguir para verificação dos resultados mínimos do acordo.

Não

Fundamentar a ausência de oferecimento ou rejeição da proposta e encerrar procedimento.



Acordo de Não Persecução Civil

Grupo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Civil e aos Termos de Ajustamento de Conduta

Produto: Sistema de Controle de ANPCs deliberados pela 5ª Câmara

Acordo de Não Persecução Cível

Voltar

Salvar

Reu

CARLOS EDUARDO GOUVEIA GUEDES,

Unidade Responsável

PR-AP - PROCURADORIA DA REPUBLICA - AMAPA

Membro Responsável

ALOIZIO BRASIL BIGUELINI

Sessão de Homologação

21ª Sessão Ordinária realizado em 15/08/2024

Ressarcimento

Multa

16.430,50

Outras Sanções

Proibição de contratar com o poder público

Acordo Sigiloso

Não

Data da Assinatura

01/04/2024

Procedimento

1.12.000.001230/2019-38

Autos

Acordo de Não Persecução Civil

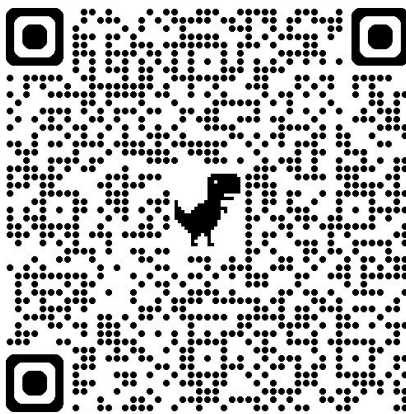
Grupo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Civil e aos Termos de Ajustamento de Conduta

Produto: Consolidação de
relacionados à Acordos de Não Persecução Civil -
2021/2024.

1. ARTIGO 9º: ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.....	5
1.1. Sem dano, com multa civil	5
1.2. Reparação de dano.	8
1.2.1. Com suspensão dos direitos políticos.	8
1.2.2 Com multa civil, proibição de contratar e perda do cargo público.	8
1.2.3 Com multa civil	10
1.2.4 com multa civil e proibição de contratar	14
1.2.5 Com perda da função pública	17
1.2.6 Com Proibição de contratar	17
1.2.7 Com multa civil, proibição de exercer qualquer função ou gratificação de chefia, assessoramento e direção..	18
1.3 Cumulado com ANPP.	19
1.2.2 Apenas multa civil.....	19
1.3.2 Apenas reparação do dano.....	23
1.3.3 Reparação do dano e multa civil.	24
1.3.4 Multa civil e suspensão dos direitos políticos.	27
1.3.5 Reparação do dano solidária e multa civil.	28
1.3.6 Reparação do dano, multa civil e suspensão dos direitos políticos.	28
1.3.7 Reparação do dano, não receber benefícios ou incentivos fiscais e suspensão dos direitos políticos.	29
1.3.8 Reparação solidária do dano, multa civil, proibição de contratar com o poder público ou receber incentivos fiscais.....	30
1.3.9 Ressarcimento do dano e suspensão dos direitos políticos.....	30
1.3.10 Reparação de dano e confissão de dívida com garantia imobiliária	30
1.4 Multa civil.....	31

5ª

CCR



Acordo de Não Persecução Civil

Acordos de Não Persecução Cível - ANPC homologados em 2024

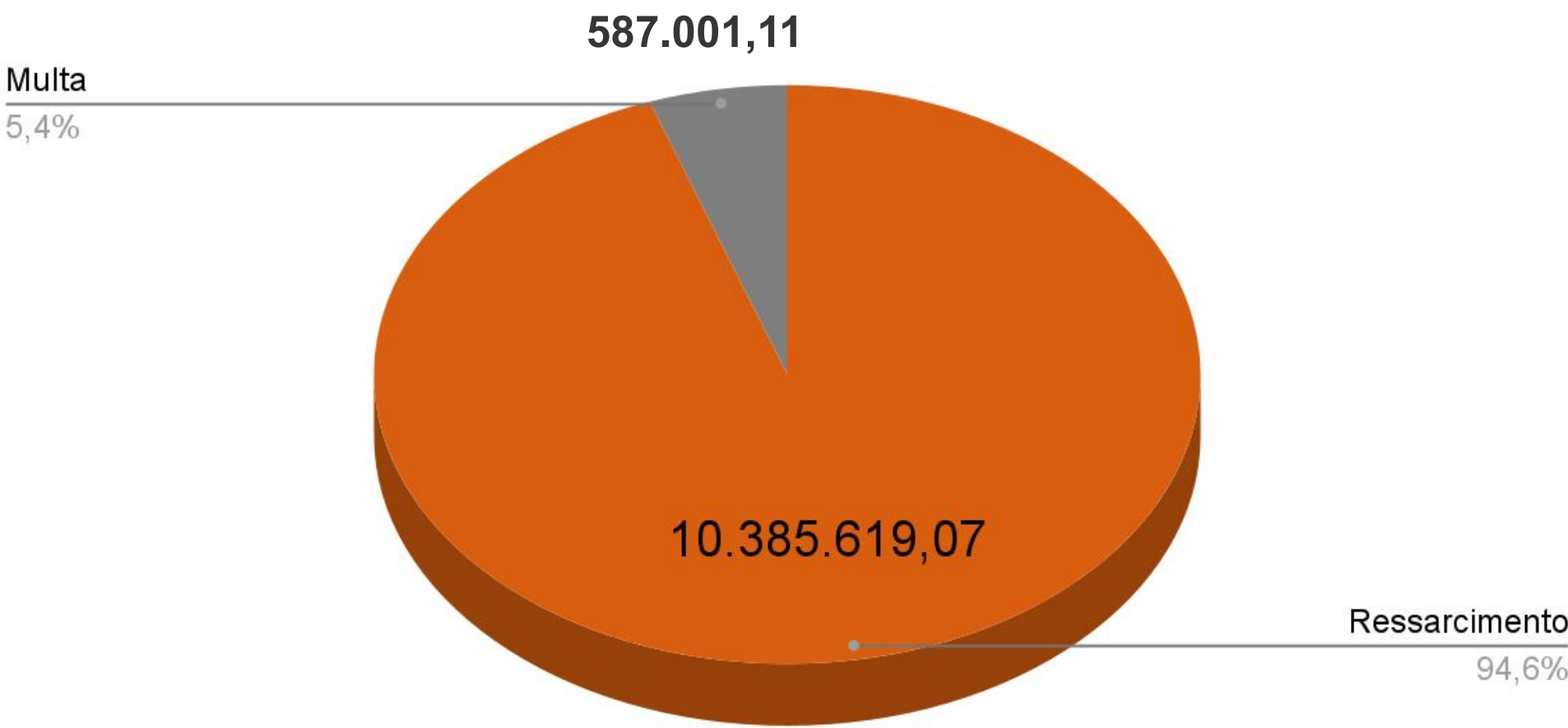
No ano de 2024, o Colegiado da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão **analisou 78** Acordos de Não Persecução Civil, homologando um total de **65*** Acordos de Não Persecução Civil - ANPC assim distribuídos:

Sessão	Quantidade
08/02	3
22/02	8
07/03	1
20/03	3
04/04	4
18/04	5
02/05	5
16/05	3
06/06	6
01/08	2

Sessão	Quantidade
15/08	6
29/08	7
12/09	0
26/09	2
10/10	3
24/10	1
07/11	2
21/11	0
05/12	4

*Dados extraídos do sistema Único.

Valores pactuados e homologados em ANPCs



Colaboração Premiada

Grupo de Apoio às Colaborações Premiadas e aos ANPPs

Objetivo: Prestar apoio para a negociação e assinatura dos acordos, mediante solicitação do procurador natural; atuar, sob solicitação da coordenação da 5ª CCR, perante outras instituições que atuam no sistema brasileiro anticorrupção; bem como assessorar a 5ª CCR, promovendo a elaboração de estudos, manuais, roteiros de atuação, notas técnicas, enunciados e orientações, relacionados a Colaboração Premiada e Acordo de Não Persecução Penal.

Composição: Andrey Borges de Mendonça, Júlio Carlos Motta Noronha, Jerusa Burmann Viecili, Danilo Pinheiro Dias, Galtiênio da Cruz Paulino, Januário Paludo, José Augusto Simões Vagos, Leandro Musa de Almeida.

Produto:

Formulário de Pedido de Apoio ao Comitê de Colaboração Premiada: Ferramenta para facilitar solicitações de suporte técnico;
Guia Prático de Acordo de Colaboração Premiada (em andamento): Material orientativo em fase de finalização;
Sistema de Controle dos Acordos de Colaboração Premiada: Plataforma para registro e monitoramento;
Painel de Colaborações Premiadas Deliberadas pela Câmara: Ferramenta de transparência e acompanhamento.
Atualização da Orientação Conjunta 1/2018 (em andamento): Revisão normativa com foco em melhores práticas.

Colaboração Premiada

Grupo de Apoio às Colaborações Premiadas e aos ANPPs

Produto: Formulário de Pedido de Apoio ao Comitê de Colaboração Premiada

5ª CÂMARA

DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

COMBATE À CORRUPÇÃO

Pedido de apoio Comitê de Colaboração premiada - GT 5ª CCR

O presente formulário serve para solicitar auxílio de colegas do Comitê de Colaboração premiada do GT Acordos da 5ª CCR, bem como para orientar a análise do pedido pelo referido GT. Esclareça-se que o presente formulário é **sigiloso** e será encaminhado para a Secretaria da 5ª CCR, que dará o devido encaminhamento, **sempre preservando-se o sigilo total**.

larissap@mpf.mp.br

Mudar de conta

Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

Por favor, indique o número dos autos principais e o juízo em que tramita a investigação

Sua resposta

Por favor, descreva o caso e o motivo pelo qual entende necessário o auxílio do Comitê?

Sua resposta

O caso é de vinculado à 5ª CCR? *

☐ Sim

☐ Não

☐ em parte da 5ª CCR e em parte de outra Câmara

Por favor, indique a complexidade do caso (número de investigados, complexidade, etc) *

Esclarecimento: o fato de o feito ser de baixa complexidade não exclui, por si só, o auxílio. Serve para orientar a 5ª CCR inclusive na nomeação dos colegas que eventualmente irão auxiliar.

☐ Baixa

☐ Média

☐ Alta

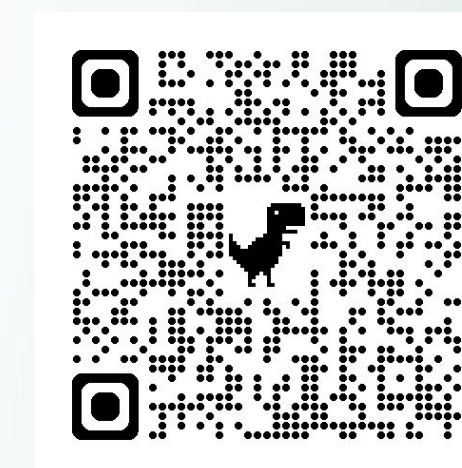
Indique os fatores que indicam, em sua visão, a complexidade do caso

Sua resposta

Há investigado/réu preso? *

☐ sim

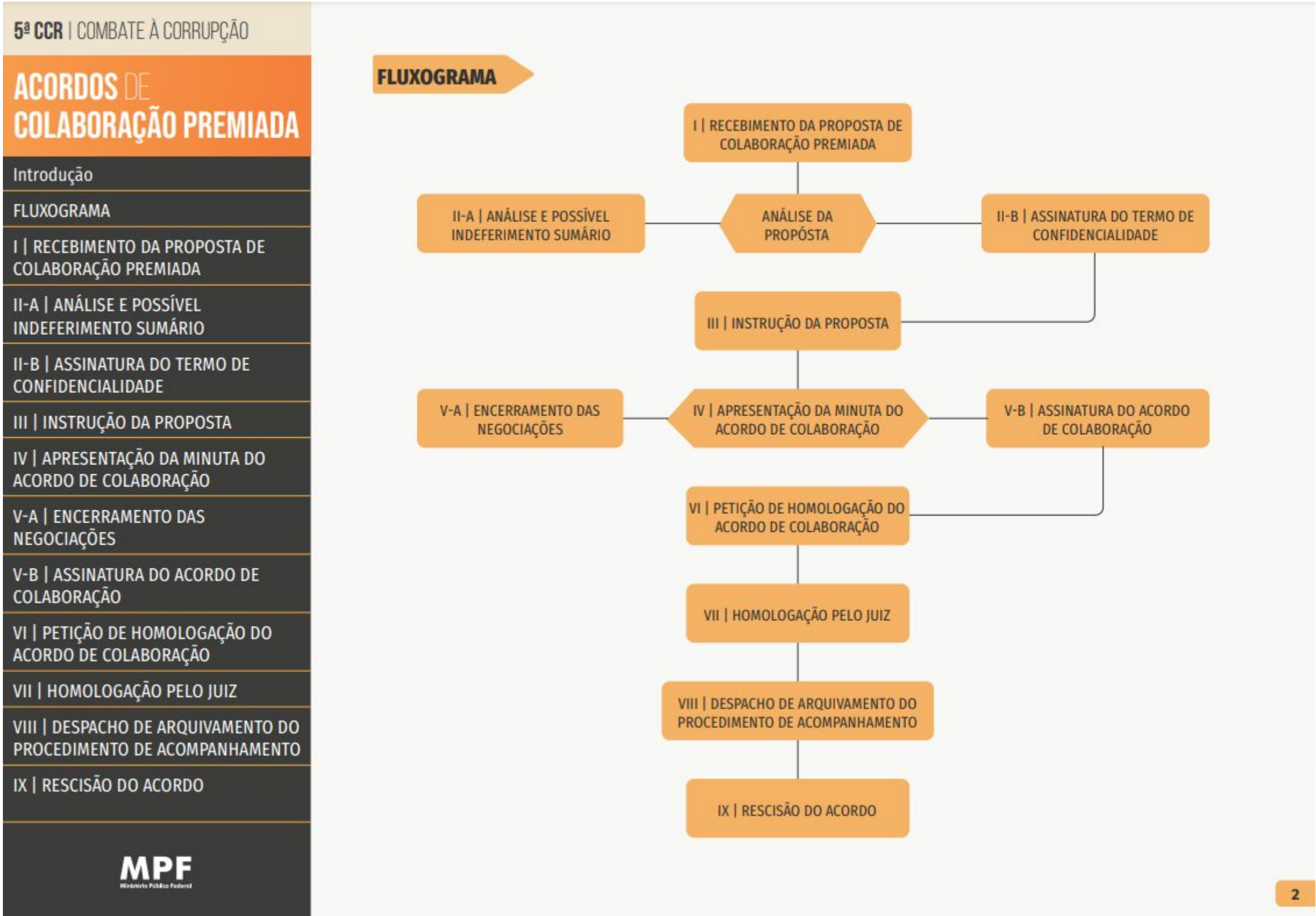
☐ não



Colaboração Premiada

Grupo de Apoio às Colaborações Premiadas e aos ANPPs

Produto: Guia Prático - Colaboração Premiada, contendo fluxograma, orientações e modelos.



Colaboração Premiada

Grupo de Apoio às Colaborações Premiadas e aos ANPPs

Produto: Sistema de Controle das Colaborações Premiadas

Acordo de Colaboração Premiada

Mostrar Tudo

Acordo

Unidade Responsável

Força-Tarefa

Documentação

Acordo

* Unidade responsável

PR-PR

* Força-Tarefa

Operação Lava Jato - PR/PR

Colaborador

Empresa

CONSTRUTORA OAS S.A.

* Assinatura

* Procedimento

1.25.000.001553/2018-92

Procedimento Original

Valor Ressarcimento

Valor Multa

857.420,79

* Situação Acordo

HOMOLOGADO

* Termo sob Sigilo

Sim

* Gestor

MONICA NICIDA GARCIA

* Sessão

990^a

* Tipo

Ordinária

* Origem

Coordenação

* Data

05/04/2018

Relator

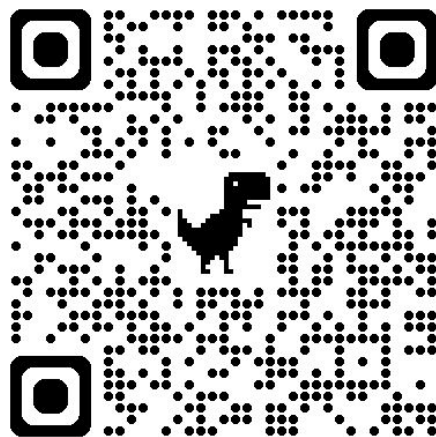
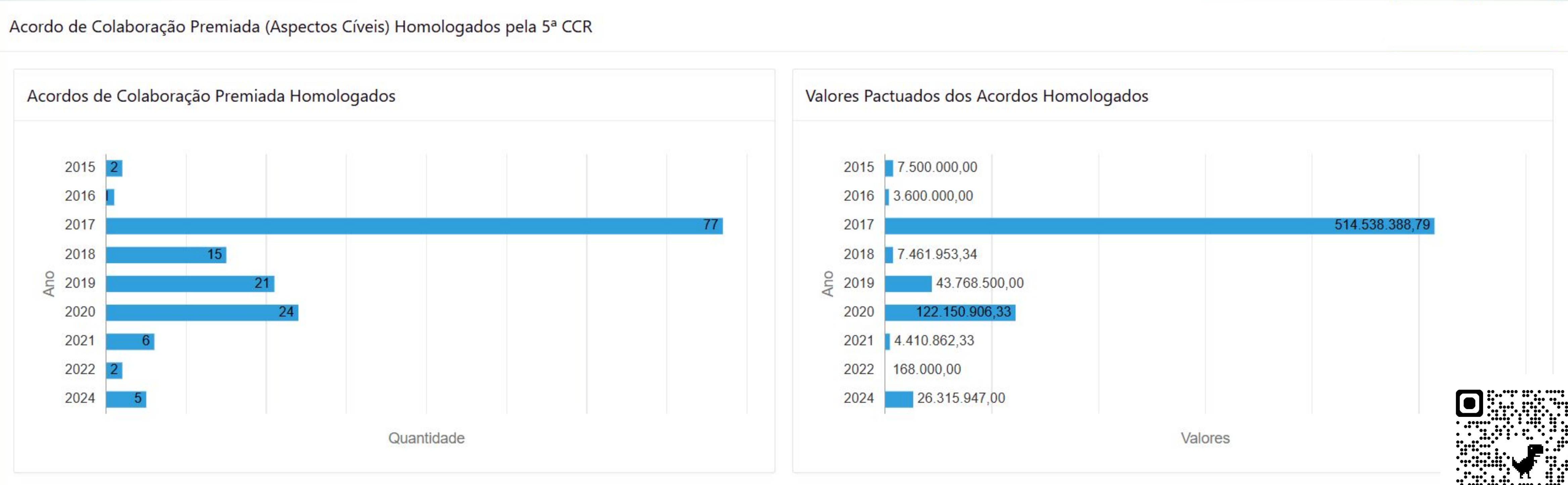
RENATO BRILL DE GOES

DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

Colaboração Premiada

Grupo de Apoio às Colaborações Premiadas e aos ANPPs

Produto: Painel de Acordos de Colaborações Premiadas Deliberados pela Câmara



Acordo de Leniência

Grupo de Apoio aos Acordos de Leniência

Objetivo: Prestar apoio para a negociação e assinatura dos acordos, mediante solicitação do procurador natural; atuar, sob solicitação da coordenação da 5ª CCR, perante outras instituições que atuam no sistema brasileiro anticorrupção; bem como assessorar a 5ª CCR, promovendo a elaboração de estudos, manuais, roteiros de atuação, notas técnicas, enunciados e orientações, relacionados a Acordos de Leniência.

Composição: Luiz Paulo Paciornik Schulman; Anselmo Henrique Cordeiro Lopes; Sara Moreira de Souza Leite; Galtiênio da Cruz Paulino; Helio Telho Correa Filho; José Roberto Pimenta; Marco Otavio Almeida Mazzoni; Samantha Chantal Dobrowolki; Guilherme Henrique Maltauro Molina Campos.

Atuação:

Nota técnica - Estudos sobre a possibilidade de utilização de créditos tributáveis contra a União provenientes de prejuízos fiscais para pagamentos, mediante compensação, de obrigações pecuniárias assumidas em acordo de leniência firmado;

Suporte ao PGR nos casos relacionados à ADPF 1051;

Termo de Cooperação entre AGU, CGU e MPF (em andamento);

Apoio em 23 casos/questionamento/acompanhamentos de acordos de leniência.

Acordo de Leniência

Grupo de Apoio aos Acordos de Leniência

Produto: Guia Prático - Acordos de Leniência, contendo definição, competências, fases, requisitos mínimos, modelos, orientações e notas técnicas.

5ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

COMBATE À CORRUPÇÃO

INTRODUÇÃO ↓

DEFINIÇÕES ↓

COMPETÊNCIAS ↓

FASES ↓

REQUISITOS MÍNIMOS ↓

MODELOS E ORIENTAÇÕES ↓

PERGUNTAS FREQUENTES ↓

Guia Prático 5CCR

Acordos de Leniência

Acordo de Leniência é um mecanismo de combate à corrupção que tem surtido diversos resultados positivos para o país. E o Ministério Público Federal (MPF) é um dos protagonistas em sua implementação. Já foram negociados pelo Órgão 29 acordos de leniência, que contribuíram para o desmonte de diversas redes de corrupção. Os casos mais emblemáticos são no âmbito da Força-Tarefa Lava Jato (FT-LJ). Foram, até então, firmados 13 acordos de leniência, sem os quais seria impossível a FT-LJ obter êxito nas investigações.

Tendo em vista que as negociações firmadas entre os procuradores da República e as pessoas jurídicas ímprobas devem ser homologadas pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (Combate à Corrupção), foi elaborado o guia prático abaixo, a partir das diretrizes estabelecidas pela Orientação nº 7/2017. O objetivo do guia é auxiliar os membros do MPF quando procurados por empresas que desejem colaborar com as investigações de improbidade administrativa.

A LENIÊNCIA NA PRÁTICA: VISÃO APLICADA E EXPERIMENTAL DO MPF

A palavra “leniência” deriva do latim (*lenitate*) e significa brandura, suavidade, mansidão.

O sentido do instituto do acordo de leniência é impor compromisso e responsabilidade às pessoas jurídicas que voluntariamente se propõem a romper com o envolvimento com a prática ilícita e adotar medidas para manter suas atividades de forma ética e sustentável, em cumprimento à sua função social.

Em troca desse compromisso, somado à efetiva colaboração que resulte na identificação dos demais envolvidos na infração e na obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração, a pessoa jurídica é beneficiada com o abrandamento de sanções. (SANTOS, Kleber Bispo dos. *Acordo de Leniência na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei Anticorrupção*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2018. p. 85)



Acordo de Leniência

Grupo de Apoio aos Acordos de Leniência

Produto: Sistema de Controle dos Acordos de Leniência

Sistema da 5ª Câmara - SICAM

larissap@mpf.mp.br

Página Inicial

Assessoria Administrativa

Assessoria Coordenação

Acompanhamento

Membro da Câmara

Núcleo de Combate à Corru...

Grupo de Trabalho

Acordo de Leniência

Cadastro

Painel

Colaboração Premiada

Publicação

Cadastro

Assessoria Revisão

ENCCLA

ANPC

GAECO

Força-Tarefa

Sessão

Acordo de Leniência

Mostrar Tudo

Acordo de Leniência

Unidade Responsável

Força-Tarefa

Colaboradora

Acompanhamento da Execução

Documentação

Sessão

Termo Aditivo

Termo de Adesão

Anotação

Signatário

Acordo de Leniência

Unidade

PR-PE

Força-Tarefa

Colaboradora

ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A / ANDRADE GUTIERREZ INVESTIMENTOS EM ENGENHARIA S/A

Assinatura

01/02/2019

Procedimento

1.26.000.004465/2018-13

Grau Sigilo no Único

Reservado

Procedimento Original

Procedimento Administrativo nº 1.26.000.004465/2018-13

Valor da Multa Cível

Valor Ressarcimento

Valor Global

Stuação do Acordo

HOMOLOGADO

Colaboradora Sob Sigilo

Não

Gestor

MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI

Tipo de Sessão

Ordinária

Sessão

16ª

Homologação

25/04/2019

Origem

Coordenação

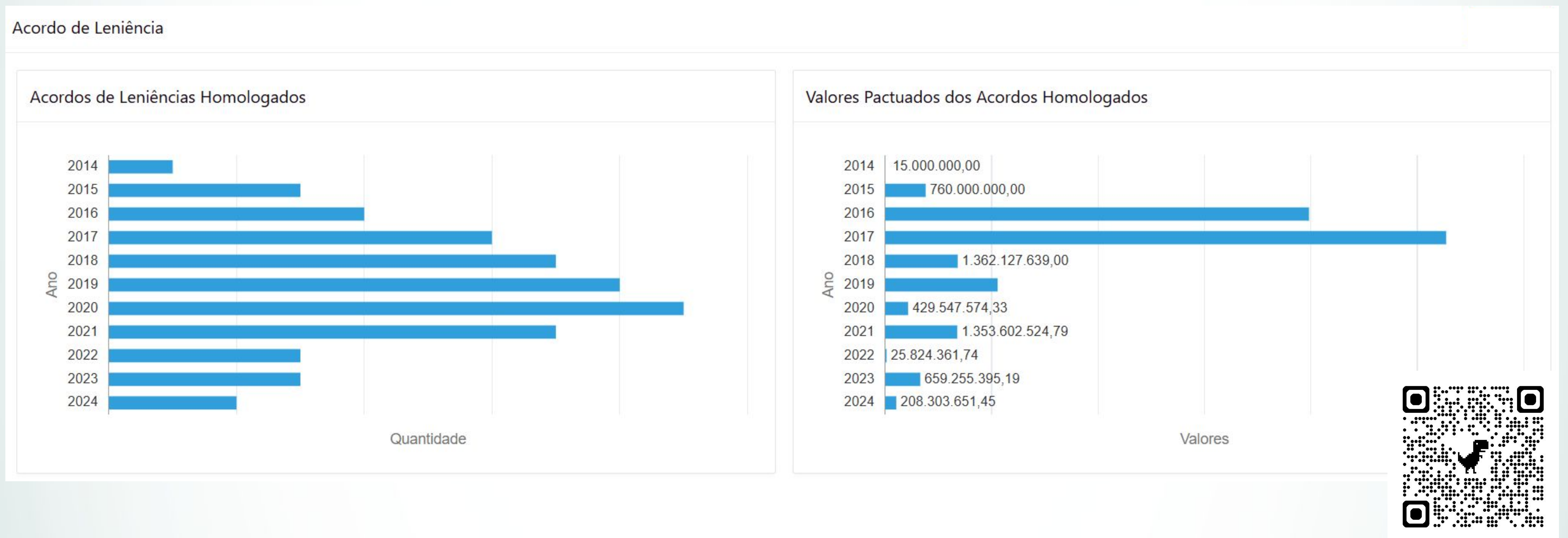
Relator

ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA

Acordo de Leniência

Grupo de Apoio aos Acordos de Leniência

Produto: Painel de Acordos de Leniência deliberados pela Câmara



Núcleo de Inteligência

No mês de maio de 2024, foi criado o Núcleo de Inteligência da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio da Portaria 5ª CCR/MPF 24/2024, com a finalidade de **canalizar os contatos com instituições que fiscalizam a aplicação de recursos públicos** e estabelecer **padrões de enfrentamento a atos de corrupção**. O Núcleo é composto por dois servidores e um Procurador da República, na qualidade de Coordenador, cargo ocupado atualmente pelo **Dr. Uendel Ugatti**.

Resultados das tratativas empreendidas no ano de 2024:

- Apresentação da Nota Técnica do Subgrupo do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar ao FNDE;
- Interlocução com o INEP e a CGU para tratar da liberação dos dados do censo escolar e auditoria dos indícios de fraude constatados nos dados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ;
- Tratativas com a CGU sobre auditorias de recursos federais relacionados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- Estabelecimento de fluxos para cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica e assistência mútua firmado entre o MPF e o TCU.



Reunião do Núcleo de Inteligência com o GT Educação - PNATE da 5ª CCR

Ações Coordenadas

No ano de 2024, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão deu início a duas ações coordenadas. Uma voltada ao controle e uso adequado das emendas parlamentares individuais impositivas sem finalidade definida (emendas pix) e outra visando à orientar a fiscalização de supostas fraudes nos dados de alunos cadastrados no senso escolar, para fins de recebimento de verbas públicas federais.



MPF Cobra R\$ 900 Milhões de Dez Prefeituras do MA por Fraudes no EJA – Jornal Maranhense

Ações Coordenadas

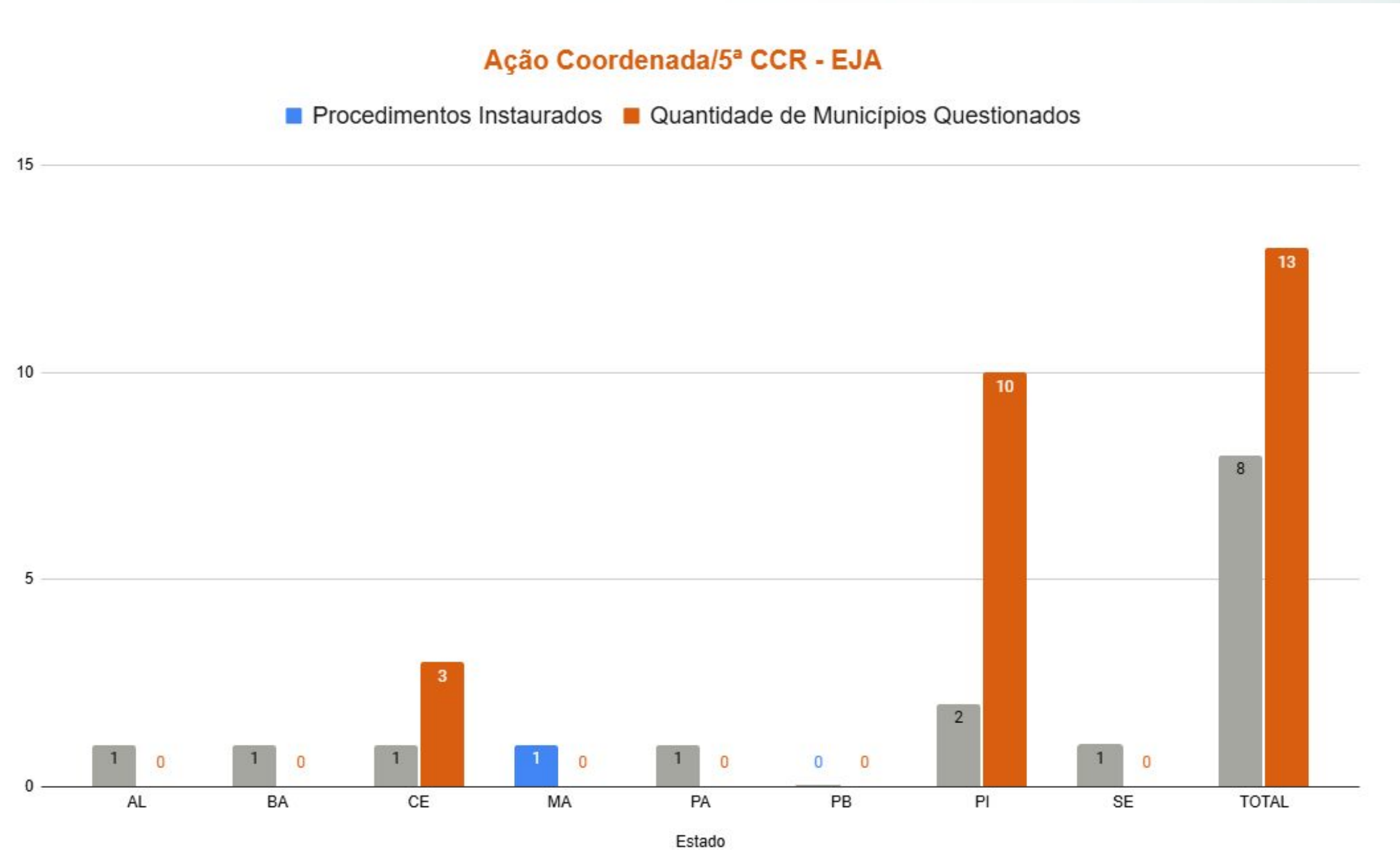
Matrículas EJA

Após comunicação do procurador regional da República, Juraci Guimarães Júnior, relacionada à suposta inserção de dados falsos no Educasenso em municípios maranhenses com a finalidade de receber recursos do FUNDEB, a Controladoria-Geral da União apresentou dados apontando supostas fraudes similares em 50 municípios divididos em outros 10 Estados.

Em razão do sigilo dos dados constantes do senso escolar, o Núcleo de Inteligência da 5ª CCR, em articulação junto ao INEP, viabilizou o acesso aos dados dos nomes e dados pessoais dos alunos matriculados, por escola e município, oportunidade em que foi encaminhado ofício-circular aos procuradores oficiantes nos municípios envolvidos com as informações e o roteiro de atuação.

Segundo dados levantados, foram instaurados 08 procedimentos.

No mês de novembro, a CGU encaminhou ofício à 5ª CCR informando que a lista disponibilizada no mês de setembro apresentou uma razoável diminuição nas matrículas do EJA. Diante dessa informações, o Núcleo de Inteligência marcará reunião para consultar o INEP sobre alguma mudança na alimentação do sistema ou se, de fato, as ações efetivadas pelo Ministério Público Federal geraram a redução dos números inicialmente informados.



Dados retirados do sistema único em setembro de 2024

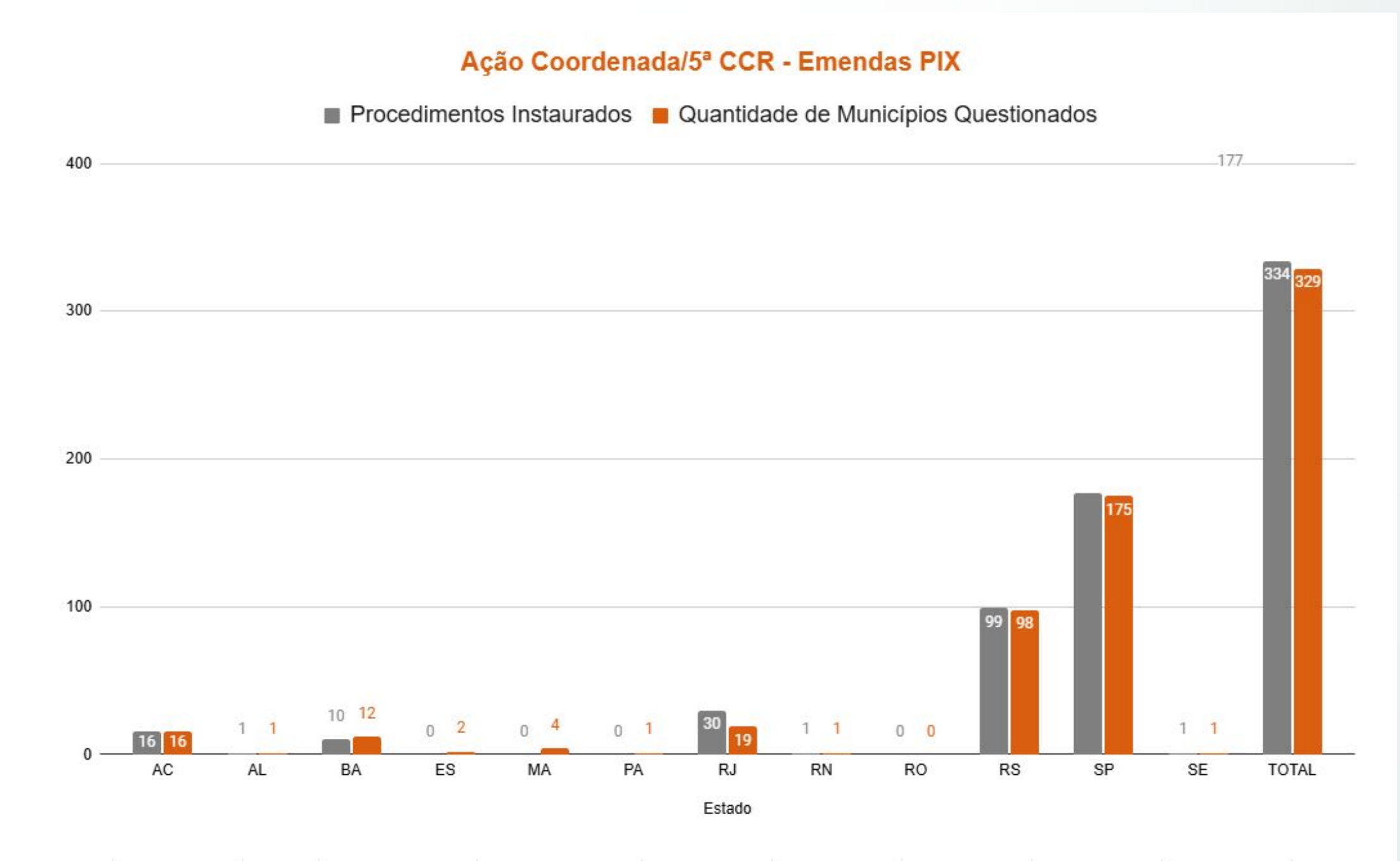
Ações Coordenadas

Emendas “PIX”

Diante da necessidade de garantir transparência e o adequado uso de recursos públicos, o Coordenador da 5ª CCR e o Coordenador da Comissão de Atuação Resolutiva da Câmara encaminharam ofício circular aos membros com atuação na área estabelecendo um fluxo de trabalho para instauração de procedimentos de acompanhamento das emendas “pix”. Atualmente, foram autuados 234 procedimentos e 234 municípios prestaram as informações solicitadas pelos respectivos procuradores da República.

Prescrição Intercorrente

Interlocução com o PGR e o CNMP para o julgamento prioritário das ações de improbidade administrativas distribuídas até 26/10/2021, tendo em vista o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/202 o que culminou na alteração da Meta 4: A Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou pelo acolhimento da solicitação do Ministério Público Federal, acrescentando à proposta da Meta 4 - identificar e julgar, até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.



Dados retirados do sistema único em setembro de 2024

Capacitação

Capacitação Externa - Projeto Sintonize

Em abril de 2024, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão retomou o Programa Sintonize 5ª CCR criado em 2018.

O programa estabelece um canal de comunicação entre a Câmara e os servidores que atuam nos órgãos vinculados aos Núcleos de Combate à Corrupção das unidades do MPF.

Os encontros virtuais abordaram os principais enunciados e orientações do colegiado e esclareceram dúvidas sobre quando e como os procedimentos devem ser remetidos à 5ª CCR. O objetivo é facilitar o trabalho dos servidores e diminuir a quantidade dos procedimentos que, de acordo com as normas, não precisam ser encaminhados à CCR para revisão.

A Câmara comprovou, em números, que as videoconferências feitas em 2018 surtiram efeito positivo em termos de eficiência. Um levantamento feito pelo colegiado mostra que, em 2019, ano seguinte à primeira edição do programa, houve uma redução de 30% no número de ingresso anual de procedimentos na Câmara. Além disso, a percepção da equipe da 5aCCR é de que houve uma melhora na instrução dos processos recebidos. Essas constatações motivaram a retomada do projeto.

O sucesso da iniciativa também chamou a atenção da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC), que escolheu o Sintonize 5ªCCR como história de sucesso na aplicação de processos e rotinas de trabalho que aprimoraram a gestão do conhecimento no setor público. O projeto foi apresentado no X Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública (X Congep), em outubro de 2019.



Capacitação

Capacitação Interna - Curso voltado aos servidores da 5ª CCR sobre as mudanças na Lei de Improbidade Administrativa e a análise revisional dos Acordos de Não Persecução Cível.

No dia 05/11/2024 o Procurador Regional da República, **Dr. Ronaldo Pinheiro de Queiroz**, ministrou curso aos servidores da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão sobre as **alterações da Lei de Improbidade Administrativa** (mudanças trazidas pela Lei 14.230/2021), com **ênfase nos Acordos de Não Persecução Cível**. Foram abordados diversos pontos sobre a temática, como a possibilidade de celebração de acordos em processos já na fase de execução, o caráter indispensável do ressarcimento integral do dano para homologação do acordo, bem como a necessidade de fundamentação para a recusa de um ANPC. O curso contou com a presença da Secretária-Executiva, e foi acompanhado por todos os setores da 5ª CCR.



Boletins Informativos

Produzido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, os boletins informativos contêm as principais decisões deliberadas em sessões pelo Colegiado, bem como demais iniciativas da coordenação da Câmara Anticorrupção do Ministério Público Federal.

Objetivo: Os boletins visam uma maior transparência e comunicação da atuação da Câmara aos colegas membros, servidores e parceiros. A sua periodicidade é mensal e segue o calendário de sessões do Colegiado.

Produto: Boletim Informativo – JANEIRO / 2024

BOLETIM
INFORMATIVO
COMBATER A CORRUPÇÃO: GARANTIR DIREITOS



DESTAQUE

Evento em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Corrupção



Foto: Sinacom MPF

No dia 7 de dezembro de 2023, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão promoveu o tradicional evento em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção. O encontro ocorreu na sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília-DF, com transmissão ao vivo pelo canal do MPF no YouTube. O tema do simpósio foi “De Mérida à atualidade: vinte anos de atuação institucional anticorrupção”.

Participaram da mesa de abertura a então Procuradora-Geral da República Elizeta Maria de Paiva Ramos, o subprocurador-geral da República e coordenador da 5ª CCR Alexandre Camanho de Assis e o procurador regional da República e presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) Ubiratan Cazetta.

Após a abertura, o evento foi dividido em cinco painéis, cujas palestras foram ministradas por membros do MPF, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), representantes da Justiça Federal, juristas e jornalistas. Entre os temas discutidos no encontro, destacaram-se as reflexões sobre as medidas eficazes na prevenção e combate à corrupção, com ênfase na cooperação internacional em caso de crimes transnacionais, além da liberdade de imprensa e o controle social em relação ao tema.

Para mais detalhes sobre o evento, [leia a matéria completa no portal do MPF](#).

